

**HABEAS CORPUS Nº 547.627 - SP (2019/0352278-8)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
ALEXANDRA PINHEIRO DE CASTRO - SP291702  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FELIPE DOS SANTOS CAJARANA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de FELIPE DOS SANTOS CAJARANA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na Apelação n.º 0008656-54.2018.8.26.0635.

Consta dos autos que, em 07/01/2019, o Paciente foi condenado à pena de 4 (quatro) anos de reclusão, em regime fechado, e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, como incurso no art. 157, *caput*, do Código Penal, na medida em que "*subtraiu para si, mediante grave ameaça exercida pela simulação do emprego de arma de fogo, a quantia de trezentos e dezessete reais, valor pertencente à empresa 'Padaria e Confeitaria Palmeiras Ltda'* (fl. 24).

Inconformada, a Defesa interpôs recurso de apelação, que foi desprovido pela Corte de origem, com a seguinte ementa (fl. 34):

*"Roubo simples – Apelo voltado à imposição do regime prisional semiaberto para desconto da aflição – Regime fechado que se ajusta às circunstâncias do caso – Réu reincidente específico – Recurso desprovido."*

Neste *writ*, a Parte Impetrante sustenta, em suma, constrangimento ilegal, pois o Paciente faz jus ao regime semiaberto, uma vez que a pena fixada é de apenas 4 (quatro) anos de reclusão, bem como não possui circunstâncias judiciais desfavoráveis, não obstante ser reincidente específico.

Requer, liminarmente, que o Paciente possa aguardar em regime semiaberto o julgamento final do presente *writ*. No mérito, a confirmação da liminar.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

No caso, estão presentes os pressupostos autorizadores da concessão da medida liminar.

A Parte Impetrante questiona a fixação do regime prisional fechado. Confirmam-se, por oportuno, os seguintes trechos do acórdão impugnado (fl. 35; sem grifos no original):

"[...]

*A basal foi estabelecida no assoalho da cominação, em 04 (quatro) anos de reclusão, e 10 (dez) dias-multa, o que não pode dar azo a queixumes.*

*Na seqüência, a comprovada reincidência específica (processo 0004401-72.2012.8.26.0050 – certidão a fls. 105/106) permitiu nova majoração em 1/6, mas que foi compensada com a atenuante de confissão espontânea.*

*E, à mingua de outras causas modificativas, a pena ficou definitivamente assentada em 04 (quatro) anos de reclusão, além de 10 (dez) dias-multa.*

*No que tange ao regime carcerário, com vistas ao que dispõe o art. 33, §§ 2º e 3º, c.c. art. 59, ambos do Código Penal, reputo inviável a fixação de regime inicial de cumprimento de pena diverso do proposto na origem, por flagrante insuficiência retributiva ao malfeito e em vista da recidiva específica do réu (processo 0004401-72.2012.8.26.0050 – certidão a fls. 105/106), verdadeiro habitué em crimes da espécie, visto que condenado recentemente pelo prática do crime de furto (processo 0003167-70.2017.8.26.0635), aguardando o julgamento do recurso interposto."*

Da análise dos trechos transcritos, considerando o *quantum* de pena estabelecido de 4 (quatro) anos de reclusão e a ausência de circunstâncias judiciais desfavoráveis, **apesar da reincidência do Acusado**, mostra-se cabível, nos termos do art. 33, §§ 2.º e 3.º, c.c. o art. 59, ambos do Código Penal, a fixação do regime inicial semiaberto.

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para assegurar ao Paciente o cumprimento da pena no regime inicial semiaberto até o julgamento definitivo deste *writ*, se por outro motivo não estiver preso em regime mais gravoso.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado São Paulo e ao Juízo de primeira instância, comunicando-lhes o inteiro teor da presente decisão para adoção das providências cabíveis.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal *a quo*, que deverão vir acompanhadas da senha de acesso ao andamento eletrônico.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora